

GOVERNANDO AS MEMÓRIAS: A FEIRA DE SÃO CRISTÓVÃO E OS NOVOS OLHARES DA GOVERNANÇA MEMORIAL

Sylvia Regina Bastos Nemer¹

RESUMO: Os processos de transmissão de memórias e uso do espaço urbano associados à experiência da migração constituem a base do presente trabalho que dirige sua atenção para a Feira de São Cristóvão, observada a partir das memórias em circulação por meio de folhetos de cordel. Por se tratar de uma manifestação cultural distanciada dos códigos hegemônicos no Sudeste do Brasil e, por sua vez, chave para o grupo frequentador do espaço em pauta, as vozes do cordel e dos cordelistas revelam-se de grande valor para a discussão de questões relacionadas à migração, à ocupação do espaço por grupos minoritários, à transmissão de memórias e aos diálogos interculturais, temas que com a valorização dos patrimônios culturais tradicionais vêm se afirmando tanto no debate público quanto no debate acadêmico.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço urbano; identidade; memória; oralidade; patrimônio imaterial

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a trajetória da Feira em seus dois espaços e tempos de funcionamento: no Campo de São Cristóvão entre a década de 1940 e 2003; no Pavilhão de 2003 para cá. O partida da reflexão é a prática do cordel que, ao longo da trajetória inicial da Feira, atuou como porta voz das experiências do seu principal grupo frequentador, os migrantes nordestinos instalados no Rio de Janeiro. As mudanças verificadas no ambiente do cordel após a transferência da Feira para o Pavilhão revelam transformações profundas na sua estrutura. Meu objetivo é investiga-las tentando entender o que havia de representativo na antiga Feira e como esta, já desaparecida, se relaciona com a nova.

A abordagem toma como referência o acervo de cordel da Fundação Casa de Rui Barbosa onde, entre 2006 e 2008, eu desenvolvi uma pesquisa com bolsa da Faperj que me deu acesso a uma quantidade considerável de folhetos produzidos por cordelistas nordestinos instalados no Rio de Janeiro. Nesses folhetos eu percebi, em comparação com os produzidos no Nordeste, algumas especificidades que, a meu entender, mereciam ser investigadas. A principal delas se refere à experiência da migração que encontrava no cordel um veículo quase natural de expressão.

No Rio de Janeiro o espaço onde o cordel atuava como veículo de comunicação, identidade e transmissão de memórias dos migrantes nordestinos era a Feira de São Cristóvão representada em um conjunto expressivo de folhetos cuja leitura abriu caminho para a

¹ Professora visitante da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; sylvianemer@terra.com.br

elaboração desta pesquisa em desenvolvimento no Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Ao trabalho com os folhetos associa-se a leitura do texto de Pierre Nora, *Entre Mémoire et Histoire: la problématique des lieux*, que fornece o referencial teórico para a análise do material produzido pelos cordelistas. O texto respondeu adequadamente às questões levantadas pela pesquisa, permitindo, a cada um dos dois momentos atravessados pela Feira de São Cristóvão, uma análise baseada em processos análogos, em curso, de um lado, nas “sociedades de memória” e, de outro, naquelas caracterizadas pelo “fim da história memória”. (NORA, vol. 1, 1984)

A passagem de um contexto para o outro, tal como salientou Nora, se observa no estudo da Feira de São Cristóvão onde os processos vigentes ao longo do período em que esta funcionou no Campo de São Cristóvão de uma “memória verdadeira”, “enraizada no concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto” desapareceram dando lugar a uma memória “suprida pela história”. (Ibid., p. XIX – trad. da autora)

Com a transferência da Feira do Campo para o Pavilhão observa-se o fim de uma experiência de memória coletiva, involuntária, inconsciente dela mesma, transmitida através das histórias impressas nos folhetos e narradas pelos cantadores: “uma memória que reconduz eternamente ao legado cultural, reenviando o outrora dos ancestrais ao tempo indiferenciado dos heróis, das origens e do mito” (Ibid, p. XVIII – trad. da autora). No seu lugar o que se afirma é uma memória voluntária, individual, vivida como dever “que obriga cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história”. (Ibid., p. XXIV – trad. da autora)

Observada a partir do quadro teórico exposto por Nora, a trajetória histórica da Feira de São Cristóvão foi analisada em duas partes. A primeira, tratando da Feira durante o seu período de funcionamento no Campo de São Cristóvão, será trabalhada a partir de histórias em circulação em folhetos de cordel. A segunda, focalizando o período de transição do Campo para o Pavilhão bem como o da sua instalação e funcionamento no novo local, recorrerá a matérias publicadas na imprensa.

“A Feira dos Nordestinos no Campo de São Cristóvão”²

O Campo de São Cristóvão
É palco de tradição
Dos primeiros nordestinos
Que deixaram seu torrão
Sua família querida
Vieram tentar a vida
Viajando de caminhão (SANTOS, AZULÃO, s/d, p 1)

Ponto de convergência entre o Nordeste e o Rio de Janeiro, a Feira de São Cristóvão, popularmente conhecida como “Feira dos nordestinos”, funcionou, durante várias décadas, no Campo de São Cristóvão transformado, pelos poetas migrantes, através das narrativas em circulação nos seus folhetos, em “lugar de memória”³: lugar onde o nordestino que havia deixado a sua casa em busca de novas oportunidades se reencontrava com os seus conterrâneos, com as músicas, as comidas, as bebidas, os jogos, os objetos que lembravam o seu passado, a sua terra natal. Tais imagens, que informam a memória de um lugar hoje desaparecido, continuam presentes nas memórias daqueles que viveram tais experiências.

A Feira, hoje funcionando no interior do Pavilhão de São Cristóvão, surgiu entre os anos 1940 e 1950 na praça onde se situa o referido prédio, em construção na ocasião⁴. Na época, enormes contingentes da população carente do Nordeste, em busca de trabalho e melhorias de condições de vida, chegavam às grandes cidades do Centro-Sul do país onde se concentravam os capitais financeiros, as indústrias e as ofertas de postos de trabalho.

A cidade do Rio de Janeiro, então Capital Federal e “vitrine do progresso”⁵ da nação, foi um dos alvos desse processo, impulsionado pelo programa desenvolvimentista, pela propaganda ufanista disseminada pela mídia e, sobretudo, pela força de trabalho do migrante nordestino que não apenas constituía a peça central da engrenagem de construção da moderna metrópole carioca, mas também um constrangimento para seus habitantes que, inebriados pelos ares de modernidade e cosmopolitismo soprados sobre a Cidade Maravilhosa, viam com

² Título do folheto de José João dos Santos – o Azulão (SANTOS, AZULÃO, 1982)

³ O conceito de “lugar de memória”, desenvolvido por Pierre Nora em *Entre Mémoire et Histoire: La problématique des lieux*, constitui o ponto de partida do presente trabalho (NORA, op.cit.). Será considerado como “lugar de memória” o folheto de cordel, caracterizado como “suporte de uma memória” por Ruth Terra (TERRA, 1983)

⁴ O projeto, de autoria do arquiteto Sergio Bernardes, começou a ser executado no final dos anos 1950 e foi inaugurado em 1962.

⁵ Ver Margarida Souza Neves em *As vitrines do progresso*. Rio de Janeiro, PUC, 1986. (NEVES, 1986)

maus olhos os recém-chegados, reveladores do atraso em que permanecia mergulhada a maior parte do país⁶.

O Rio de Janeiro – como modelo daquilo que o “Brasil, país do futuro”⁷, deveria ser – era a cidade moderna revelada nas páginas das revistas lidas pela boa sociedade carioca, onde eram frequentes cenas de transeuntes circulando pelas ruas, automóveis em ritmo frenético, prédios altos, praias, guarda-sóis, mulheres de biquíni e calças compridas⁸.

Excluídos dos espaços frequentados pela elite, os migrantes nordestinos⁹, responsáveis pela construção dos imponentes edifícios que modificavam a paisagem da “cidade-capital”¹⁰, passaram a se apropriar das suas áreas antigas e desvalorizadas. O Campo de São Cristóvão, outrora cercado por residências aristocráticas, foi um deles. Abandonado pela elite, que trocou os tradicionais sobrados pelos edifícios altos construídos nos bairros novos surgidos à beira-mar, o local se transformou em ponto de encontro dos nordestinos recém-chegados ao Rio de Janeiro com os seus conterrâneos estabelecidos há mais tempo na cidade¹¹.

Era o Nordeste que ressurgia no cheiro do sarapatel, nos objetos coloridos vendidos em esteiras estendidas pelo chão, nos acordes da viola, nos falares típicos e, acima de tudo, nas vozes dos poetas que traziam de volta as histórias que, desde a infância, o público ali reunido se acostumara a ouvir nas feiras e mercados de sua terra natal.

Território à parte no espaço da cidade, a Feira de São Cristóvão era vista, por seus observadores externos, como um mundo isolado, alheio às regras de civilidade e mesmo de legalidade. Essa imagem, reveladora do modo como a sociedade carioca costumava observar aquele espaço, se expressa na matéria intitulada *Jogo de caipira na feira dos nordestinos*, publicada no jornal *Tribuna da Imprensa*, em 31 de julho de 1956, na qual o repórter, atendendo a um pedido para ver “como se joga em plena praça pública”, faz uma descrição do movimento da Feira chamando atenção para a facilidade com que ali, além de serem vendidas “cartucheiras para revólveres e pistolas” e “bainhas para facas e peixeiras em grande

⁶ Sobre a relação entre modernização e migração, o texto *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*, de João Manuel Cardoso Mello e Fernando Novais, traz contribuições importantes. (MELLO e NOVAIS IN: SCHAWARCZ [ORG], 1998, p 559-658)

⁷ A expressão, que se tornou de uso corrente no vocabulário brasileiro, tem sua origem no livro homônimo, escrito em 1941 pelo escritor austríaco Stephan Zweig, então exilado no Brasil.

⁸ Essas imagens podiam ser vistas com frequência nas páginas da revista *O Cruzeiro*, cuja política editorial era “informar” a opinião pública a respeito do progresso em curso no país.

⁹ A visão estereotipada acerca dos migrantes aparece com frequência em matérias publicadas pela imprensa carioca dos anos 1950, como se percebe, por exemplo, na matéria assinada por David Nasser, *Rio, perdoa o ingrato*, publicada na revista *O Cruzeiro*, de 07 de maio de 1960. (NASSER, IN: MEMÓRIA VIVA, internet)

¹⁰ Ver Margarida Souza Neves em *Brasil acertai vossos ponteiros* (NEVES, 1992)

¹¹ Em pleno desenvolvimento econômico nos anos 1950, a cidade do Rio de Janeiro, segundo Luciana Correa Lago em *Desigualdades e segregação na metrópole*, costumava “tolerar a presença de parte dos trabalhadores pobres em determinadas áreas do core e liberar as extensas periferias para que os demais ali se assentassem.” (LAGO, 2000, p. 63)

quantidade”, se realizava, sem qualquer tipo de controle da polícia, o chamado “jogo de caipira”:

Num caixote alto e forte, com um dado e uma caneca na mão, era o banqueiro. A cada rodada sucediam-se as apostas. Jogo franco e descoberto. A banca, que estava rodeada de jogadores, era o ponto máximo de atração para os que ali se concentravam. (...) Não temem a presença de policiais. Para burlar qualquer investida da polícia, o papel que serve de pano com os quadros e números desenhados fica solto sobre a improvisada mesa. Qualquer sinal suspeito eles escondem logo o papel e nada deixa transparecer que era jogo. (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1956)

A imagem de aparente desordem e informalidade da Feira de São Cristóvão era motivo, não só para reações de estranhamento como a demonstrada pelo repórter – cujas palavras utilizadas para descrever o ambiente, traduzem os sentimentos da população carioca em relação ao local e seus frequentadores – mas também para as inúmeras ações que foram movidas contra a sua permanência no Campo de São Cristóvão no tempo em que ali funcionou.

As ações de remoção e suas respectivas reações, expressas nas lutas dos feirantes, cordelistas e frequentadores para mantê-la no local original, constituem a trama central da história da Feira de São Cristóvão que desde o início do seu funcionamento foi objeto de intervenções por parte dos órgãos de fiscalização.

Poetas e repentistas
Fizeram críticas tenaz
Contra as determinações
Desse prefeito incapaz;
Só com a volta da Feira
Deixaram o prefeito em paz

E grupos de voluntários
Por João Gordo liderados
Começaram passeatas
Com cartazes pendurados
Dizendo que sem a Feira
Estavam prejudicados. (SILVA, s/d, p. 5)

A repressão constante às atividades da Feira acabou mobilizando um grupo de feirantes liderados por Manoel Alexandre Alves, que, em 1961, criou uma organização voltada para a proteção da comunidade migrante¹². Com os recursos arrecadados das taxas de anuidade pagas pelos sócios, a União Beneficente dos Nordestinos do Estado da Guanabara prestava assistência aos nordestinos necessitados, principalmente aos recém-chegados sem trabalho e

¹² Para um histórico das duas associações atuantes na Feira de São Cristóvão entre as décadas de 1960 e 1980, consultar Maria Lucia M. Pandolfo (PANDOLFO, 1987). Sobre as associações de cordelistas e repentistas ver Cecília da Silva Azevedo (AZEVEDO, 1990)

sem moradia. Através da articulação com o poder público, a União Beneficente prosperou e conseguiu, por um tempo, manter as atividades da Feira a salvo das investidas da polícia.

E quando o rapa outra vez
Foi destruir nossa Feira
Ele mandou que a polícia
De lá saísse ligeira
Que a Feira nordestina
Era autêntica e genuína
De gente honesta e ordeira. (Ibid.)

A Feira começava a mudar de cara, a assumir um aspecto mais organizado. As mercadorias, por exemplo, antes vendidas em esteiras espalhadas pelo chão, passaram a ser expostas em tabuleiros alugados aos vendedores pela União. Porém, o recolhimento das taxas não representou para a União Beneficente apenas uma fonte de arrecadação, mas também uma fonte de críticas por parte de feirantes inconformados com a ideia de que aquele espaço, considerado de todos, passava a ter um dono. O descontentamento provocou disputas internas pelo controle da Feira de São Cristóvão que, em 1969, viu surgir a Associação de Proteção ao Nordestino, criada por Espiridião Agra com os mesmos propósitos da já atuante.

A criação das duas organizações, a divisão da Feira entre estas, o uso das mesmas por partidos políticos interessados em extrair votos dos frequentadores e feirantes, a morte de Manoel Alexandre e o afastamento de Agra por denúncias, a presença de Vavá, filho de Manoel Alexandre, na diretoria, e os inúmeros dirigentes que se seguiram após a saída deste último são episódios que marcam a trajetória da Feira de São Cristóvão do início dos anos 1960, quando sofreu a primeira ameaça de remoção, até 1982 quando foi legalizada.

Contentando alguns e contrariando outros, a legalização da Feira a tirou da clandestinidade, mas não significou o fim das ameaças de remoção. Em 1992, a Prefeitura tentou novamente remover a Feira do Campo de São Cristóvão para erguer no local um *shopping center*. Revoltado, um grupo liderado pelo cantor e cordelista Marcus Lucenna promoveu um movimento que resultou na Lei 2.052, mais conhecida como Lei Jurema, que no seu Artigo 1º estabeleceu que seria “criado no Campo de São Cristóvão o *Espaço Turístico e Cultural Rio/Nordeste*, ponto de interesse turístico, com a finalidade de promover a divulgação de aspectos culturais, sociais e folclóricos do Nordeste Brasileiro”.

O papel dos cordelistas no processo de lutas pelo espaço que criaram e ajudaram a manter não só contribuiu para a consolidação da Feira de São Cristóvão, mas também para a

preservação da memória¹³ dos seus movimentos de protesto e resistência, ignorada por outros meios de transmissão de memórias¹⁴.

A Feira chegou assim
Na sua Quinta etapa
Só aos domingos porque
Não era dia do rapa
Hoje temos até selo
E Coopcampo no mapa.

A Cultura é a capa
Dessa Feira nordestina
Que nunca será lascada
Pois a vida nos ensina
Povo desunido morre
Antes da primeira esquina (SANTA HELENA, 1998, p. 25)

No campo das relações desiguais de poder, marcadas, por um lado, pelo desejo do nordestino em preservar o espaço ocupado pela Feira e, por outro, pelas tentativas da Prefeitura em dar-lhe outra destinação, o poeta atuou como porta-voz da comunidade migrante colocando seus versos em defesa tanto dos seus próprios interesses quanto dos interesses dos seus conterrâneos. Na luta travada no campo da palavra¹⁵, o que importa é tornar mais forte a posição mais fraca e vencer o poder por uma maneira especial de aproveitar a ocasião. Essa “tática”¹⁶ foi usada na luta em defesa da Feira de São Cristóvão que colocou frente a frente os representantes do mundo da ordem e aqueles que eram considerados responsáveis pela desordem visível em um dos bairros mais tradicionais da cidade.

Foi quando Carlos Lacerda
Era o governador
Pedimos uma audiência
E ele com muito amor
Nos recebeu sorridente
E disse ao povo presente:
- estou a vosso dispor! (SANTOS, AZULÃO, 2007, p. 6)

¹³ Ruth Terra chama atenção para o papel da literatura de cordel na preservação de “memórias de lutas” históricas ocorridas no Nordeste entre 1893 e 1930: o cangaço, as Salvações do Norte, a Sedição de Juazeiro, entre outras (TERRA, op. cit.)

¹⁴ Em *O que é história cultural*, Peter Burke comenta: “As memórias de conflitos também são conflitos de memórias” (BURKE, 2008, p. 90)

¹⁵ Ver Jerusa Ferreira: *A palavra, ocupação de rivais* (FERREIRA, op. cit., 2004)

¹⁶ Sobre o conceito de “tática” ver Michel de Certeau (DE CERTEAU, 2009)

A Feira Nordestina vai para o Pavilhão

Lugar fundamental para a preservação da memória da comunidade migrante, a Feira de São Cristóvão, após décadas de lutas dos feirantes, dos cordelistas e, mais ainda, dos frequentadores por sua manutenção no Campo de São Cristóvão, sofreu em 2003 uma grande intervenção por parte do poder público, que resolveu transferi-la para dentro do Pavilhão de São Cristóvão onde, a partir de então, passou a funcionar o Centro Municipal Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas.

A mudança na estrutura da Feira de São Cristóvão realizou-se em três etapas sucessivas: a primeira, em 1982, determinou o fim da condição de clandestinidade que, desde os seus primórdios, na década de 1940, caracterizara a sua atuação; a segunda, fruto da Lei 2052, decretada em 1993, garantiu a sua permanência no Campo de São Cristóvão; a terceira, em 2003, promoveu não só a sua transferência para o Pavilhão, mas também formalizou a sua inserção no novo mercado de bens culturais da cidade e do país.

Trata-se de um longo processo de apropriação pelo poder público do espaço ocupado pelas práticas e bens da cultura popular nordestina que, ao longo do referido processo, passou de uma condição marginal, na qual era associada ao atraso, à desordem e considerada um empecilho ao avanço da modernização em curso na cidade do Rio de Janeiro, para um status comercial no qual se percebe uma mudança na tônica do discurso sobre a Feira que, ao mesmo tempo em que teve a sua dimensão simbólica reforçada, teve, simultaneamente, a sua estrutura de funcionamento modificada. Assim, a intervenção do poder público passa a ser vista como necessária, sendo legitimada pela afirmação de que é preciso mudar para preservar a tradição¹⁷.

Passando à esfera municipal, a Feira de São Cristóvão foi, inicialmente, subordinada à Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, como lembram os versos do poeta Azulão que elogia a competência da “nova administração”, sob o “mando da Prefeitura”.

Agora vou descrever
Nova administração
Com pessoas competentes
Para a organização

¹⁷ É esclarecedora a respeito dessa questão a posição de Nestor Garcia Canclini em *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*: “Diferentemente da exaltação folclórica das tradições em nome de uma visão metafísica do povo como força criadora originária, o populismo seleciona do capital cultural arcaico o que pode compatibilizar com o desenvolvimento contemporâneo. (CANCLINI, 1997, p 264)

No mando da Prefeitura
Zelando arte e cultura
E tudo no Pavilhão

Para todos que trabalham
Aqui na secretaria
Pelo desenvolvimento
Que gera a economia
Com inteira competência
No controle da ciência
E da tecnologia. (SANTOS, AZULÃO, op. cit., 2007, p. 11)

Supostamente favorável à mudança, os versos de Azulão¹⁸ evidenciam a pretensão da Prefeitura em maximizar a dimensão econômica das atividades desenvolvidas naquele espaço que, até então, havia funcionado segundo a lógica dos antigos mercados públicos, ou seja, como um local onde a prática de compra, venda e troca de mercadorias necessárias à sobrevivência cotidiana de consumidores de baixa renda era indissociável das práticas culturais que davam sentido à vida dos frequentadores daqueles espaços.

A transferência para o Pavilhão provocou uma mudança profunda na estrutura da Feira de São Cristóvão, que se transformou, segundo seus participantes tradicionais, em um centro comercial dirigido para consumidores de poder aquisitivo entre médio e alto, interessados em adquirir produtos considerados exóticos, representativos de uma cultura distante, em suas experiências e valores, da praticada nos grandes centros urbanos.

A indústria do turismo é a base dessa tendência voltada para a exploração dos bens da chamada cultura popular, vista, por seus novos consumidores, como expressão do arcaísmo, da autenticidade, da pureza, em suma, da alma ingênua do povo, representante de valores que foram perdidos pelos integrantes das sociedades modernas e do modo de vida urbano.

¹⁸ Do *corpus* de folhetos sobre a Feira de São Cristóvão analisados no presente trabalho, apenas três foram escritos após a transferência da mesma para o Pavilhão. O primeiro, lançado em comemoração aos 62 anos da Feira de São Cristóvão, *Feira de São Cristóvão, 62 anos*, é uma obra coletiva, com a participação de vários autores com posturas diferentes face à antiga e à nova Feira (VÁRIOS, 2007). Os outros dois, de autoria do poeta Azulão, *Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas* (SANTOS, AZULÃO, op. cit., s/d) e *A Feira de São Cristóvão: Foi assim que começou* (SANTOS, AZULÃO, op. cit., 2007), adotam um tom laudatório face à iniciativa do governo em promover a mudança da Feira do Campo de São Cristóvão para o Pavilhão. Esse tipo de posicionamento, normalmente, apontado como sinal da alienação dos cordelistas, pode ser considerado, em outra linha de interpretação, como uma manifestação do pragmatismo dos mesmos. Nesse sentido, um folheto de elogio à determinada ação oficial sobre o espaço da Feira não, necessariamente, significa a adesão do poeta àquela ação; normalmente, nesse tipo de elogio está implícita a tentativa do poeta se manter em paz com as autoridades, condição para continuar atuando na Feira. Trata-se de um “estratégema” por meio do qual o “homem comum” entra no “jogo do outro” para poder continuar jogando, como observou de Certeau: “Mil maneiras de ‘jogar/desfazer’ o ‘jogo do outro’, ou seja, o espaço instituído por outros, caracterizam a atividade, sutil, tenaz, resistente, de grupos que, por não ter um próprio, devem desembaraçar-se em uma rede de forças e de representações estabelecidas. Tem que ‘fazer com’. Nesses estratégias de combatentes existe uma arte dos golpes, dos lances, um prazer em alterar as regras do espaço opressor.” (DE CERTEAU, op. cit., 2009, p. 74)

Esse novo perfil de consumo cultural se tornou patente no Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas. Porém, mesmo antes da inauguração do novo espaço no Pavilhão, muitas mudanças já eram visíveis no ambiente da Feira de São Cristóvão que, segundo um repórter do *Diário de Pernambuco*, em visita ao local no final dos anos 1990, tinha virado um “point badalado por cariocas”¹⁹.

Acompanhando o processo de mudanças em curso na Feira de São Cristóvão, os jornalistas passaram a ocupar a atividade de narração daquele espaço antes exercida, quase com exclusividade, pelos cordelistas, que começaram a abandonar o local²⁰.

Inaugurada em 20 de setembro de 2003 com uma festa que contou com a presença de políticos e de artistas consagrados na vertente nordestina da MPB²¹, a Feira de São Cristóvão, rebatizada como Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, tornava-se um espaço “popular com papel passado”²².

Considerada, durante toda a sua história, como um empecilho à boa imagem da cidade, ela passou à condição de símbolo da diversidade cultural do Nordeste no Rio de Janeiro, transformando-se em um dos elementos de destaque da paisagem carioca contemporânea. Novo cartão postal da cidade, o Pavilhão se tornou a marca visual do espaço recém-inaugurado, substituindo, no material de propaganda, os símbolos da identidade nordestina, a partir de então representada pela imagem da cobertura de lona tensionada em formato de chapéu de couro instalada sobre de um dos três palcos em funcionamento no local.

Através de elementos arquitetônicos, buscava-se construir uma linha de continuidade entre a antiga e a nova Feira²³, ao mesmo tempo em que se tentava ressaltar a modernidade do lugar, que passou a seguir o padrão dos *shopping centers*, com estacionamento próprio, disponibilidade de pagamento com cartões de crédito e funcionamento diário (exceto às segundas-feiras) entre 10 e 22 horas, a não ser nos dias de shows quando os portões do Pavilhão se mantêm abertos até o término dos espetáculos. No folder bilíngue lançado para divulgar o novo espaço, apresentava-se a sua estrutura de funcionamento e suas instalações, equipadas com telefones públicos, banheiros, boxes frigoríficos para acondicionamento das mercadorias etc. Tudo isso apontava para uma mudança expressiva no perfil do público

¹⁹ Título da matéria publicada no *Diário de Pernambuco* em 25/12/1999.

²⁰ O assunto foi comentado na matéria *Violência dos decibéis expulsa cantadores*, publicada no jornal *Nordeste Oxente*, n. 19 de outubro de 1998.

²¹ A inauguração da nova Feira foi noticiada pelo jornal *Extra* de 16 de julho de 2003. A matéria *Feira no Pavilhão ficará porreta* chama atenção para o show de Elba e Zé Ramalho, Dominginhos e Fagner na inauguração do novo espaço.

²² Título da matéria assinada por Viviane Nogueira publicada na revista *Riocultura*, de dezembro de 2000-janeiro de 2001.

²³ Ver André Cardoso (CARDOSO, 2006).

visitante que passava a ser composto por pessoas com poder aquisitivo mais elevado do que as que costumavam comprar nas barracas do Campo de São Cristóvão.

Aos olhos dos consumidores mais tradicionais, a Feira havia se tornado fria, impessoal, distante da sua realidade. Essa não foi, no entanto, a postura dominante. Do ponto de vista mais geral, a mudança foi muito bem recebida. É essa, pelo menos, a impressão passada pela revista *A Prefeitura do Rio* (A PREFEITURA DO RIO, s/d) que, em número especial lançado na época da inauguração da nova Feira, publicou uma série de depoimentos de feirantes, moradores da área vizinha ao Pavilhão, políticos e artistas nascidos no Nordeste, cujo tom dominante recaía sobre os benefícios trazidos pelo novo espaço à cidade, à população carioca e, em particular, à comunidade nordestina.

Na capa da publicação, ilustrada com as imagens do Pavilhão e da estátua de bronze de Luiz Gonzaga com sua inseparável sanfona, uma legenda, em destaque, fornecia a indicação do modo de leitura do empreendimento: “Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, um presente para a cidade.”

O sentido produzido através dos depoimentos, bem como da legenda e ilustrações expostas na capa da revista da Prefeitura, se reafirmava no texto do editorial, assinado pelo prefeito Cesar Maia, que chamava atenção, entre outros pontos, para a criação dos muitos postos de trabalhos gerados pelas obras e pela nova estrutura de funcionamento do Pavilhão, para a transformação dos feirantes em microempresários, para o aumento do número de visitantes do local, para a conquista pela cidade de mais uma atração turística.

Atuando não só como peça de marketing da cidade, mas, principalmente, como instância mediadora entre os interesses do Estado e empresários, de um lado, e dos feirantes e frequentadores, do outro, a mídia contribuiu, de forma decisiva, para inverter o sentido de uma ação, a princípio, vista como polêmica, impopular e arriscada politicamente.

A partir dessa mediação, a nova Feira entrou em um novo campo de significação, passando a se apresentar não mais como resultado da velha prática de intervenção do poder público sobre os espaços ocupados pelas camadas populares, mas como uma homenagem do prefeito à cidade e aos seus habitantes, em especial aos segmentos menos favorecidos da população, tradicionalmente excluídos dos benefícios da cidade e da vida moderna.

A mudança de postura do poder público em relação à Feira e aos seus frequentadores é observada pelo presidente da Coopcampo, Agamenon Almeida, para quem “a mudança para o Pavilhão conferiu mais cidadania aos nordestinos que frequentam e trabalham” no local, que

“ficou mais confortável sem perder a espontaneidade”²⁴. No muro de entrada do Pavilhão, um painel pintado com as figuras de Cesar Maia, Agamenon Almeida, e Luiz Gonzaga evidencia a aliança que se firmava, através da Feira de São Cristóvão, entre o Nordeste e o Rio de Janeiro e, mais do que isso, entre o poder público e a comunidade nordestina instalada na cidade.

Realocando a velha e desordenada “Feira dos nordestinos” em um prédio considerado marco da arquitetura moderna, a Prefeitura abria caminho para a entrada dos setores populares na modernidade, ainda que pela porta dos fundos, decerto. Mas isso não estava em jogo.

A Feira, mesmo em sua antiga versão, recebia um número elevado de visitantes. Com a mudança para o Pavilhão, o público se tornava potencialmente maior, o que representava aumento de arrecadação para o Estado e fonte de lucros para os empresários. A questão era trabalhar o espaço para que ele, sem deixar de lado o segmento nordestino, se tornasse mais produtivo para a cidade como um todo. Isso significava tornar a Feira atraente para grupos com perfis distintos daqueles que a frequentavam no lado de fora do Pavilhão. Uma das ações mais importantes nesse sentido era dotar o espaço não só de estrutura e organização, mas também de padronização.

Na antiga Feira, a diversidade de feirantes e produtos comercializados era possível pela inexistência de muros e gradis. Ainda que o espaço de ocupação das barracas fosse, de certa forma, delimitado – pela arrumação das mesas e cadeiras, pelas cores das lonas que cobriam as bancas e pela própria natureza do comércio, que definia áreas de venda para os diferentes tipos de produto –, a ausência de barreiras facilitava a ocupação do espaço pelos feirantes que, dependendo do tipo de produto comercializado, ocupava a área central ou a área periférica do Campo de São Cristóvão, esta última em processo constante de expansão.

Passando para o interior do Pavilhão, o controle sobre o espaço tornou-se bem mais rígido, o que provocou a eliminação de muitos feirantes, seja pela impossibilidade de arcarem com as exigências da nova administração, seja pela natureza de muitas das atividades praticadas do lado de fora, não admitidas no interior da nova Feira, onde a diversidade deveria dar lugar a uma espécie de padrão: padrão de alimentos: todos empacotados e dispostos de forma atraente nos balcões; padrão dos objetos: todos pertencentes, mais ou menos, a mesma linha (ao mesmo campo semântico) e expostos da mesma maneira, respeitando a harmonia das cores e o equilíbrio das formas.

²⁴ Comentário publicado na matéria *Crise de identidade*, na *Revista Programa do Jornal do Brasil*, de 19 a 25 de agosto de 2005.

O ideal da nova Feira era apagar quaisquer traços de uma “nordestinidade” profunda que pudessem subsistir nas manifestações da cultura popular nordestina praticada no Rio de Janeiro. O Nordeste deveria aparecer, mas em doses controladas. E era isso que estava em jogo na proposta de Agamenon Almeida, de transformar a Feira em um parque temático²⁵.

Palco de inúmeras tendências, ritmos e estilos, o Centro de Tradições Nordestinas, como foi assinalado em matéria publicada em agosto de 2005, pelo guia *Programa do Jornal do Brasil*, “tem tradição, tem nordestinos, mas tem pouca tradição nordestina”²⁶. A matéria que integra uma edição do guia dedicado à Feira de São Cristóvão chama atenção para os “modismos” que, dois anos após a reabertura, tomaram conta da Feira onde “videokês e pizzarias dividem espaço com forró e carne de sol”²⁷. A mistura “entre a sanfona e os teclados”, segundo o paraibano Zé da Onça, que toca em São Cristóvão desde 1964, não representa uma ameaça. “O forró pé de serra”, ameniza ele, “tem seu público certo e o forró de banda também. Ninguém roubou espectador de ninguém”²⁸.

A opinião de Zé da Onça não é ponto pacífico. Entre os frequentadores e artistas tradicionais da Feira de São Cristóvão, a cultura popular nordestina na cidade do Rio de Janeiro vivencia, desde as mudanças ocorridas no seu principal espaço de manifestação, uma profunda crise de identidade. A sensação que se tem, pelo tom geral das observações que circulam a respeito da Feira, é de que o nordestino não se reconhece mais naquele lugar que por décadas foi o seu principal ponto de referência na cidade do Rio de Janeiro.

Hoje a Feira está completamente,
Avançada, moderna e esquisita
Não há mais pé de serra nem coquista
Pouca prosa e bastante barulhenta
Nordestino não mais se alimenta
Das lembranças do tempo que passou
Precisamos rever o que sobrou
Pra que ela volte a ser verdadeira
Com sessenta e dois anos, nossa Feira
São Cristóvão saúda o Redentor. (VÁRIOS, 2007, p. 11)

Para esse nordestino, não só o espaço, mas quase tudo na Feira mudou: não se come mais a mesma comida, não se ouve mais a mesma música, não se encontram mais as mesmas pessoas. O que, então, sobreviveu? Como diria Guel Arraes: a saudade. “Os nordestinos

²⁵ Em entrevista concedida a André Cardoso, Agamenon Almeida comenta sobre o assunto: “vai ter tudo que tem aqui só que lá vai ser melhor, vamos começar do zero, não tem nada em volta [...] vamos cobrar para entrar [...] vai ser como um parque temático. (CARDOSO, op. cit., p. 94)

²⁶ Citado na matéria *Crise de identidade* publicada na *Revista Programa do Jornal do Brasil* 19-25/08/2005 (PROGRAMA, op. cit., p. 22).

²⁷ Subtítulo da matéria (Ibid., p. 22-23).

²⁸ Comentário de Zé da Onça (Ibid., p. 23).

matam a saudade do Nordeste na Feira de São Cristóvão. Os cariocas inventam a saudade do Nordeste na Feira de São Cristóvão”²⁹.

Conclusão

As mudanças no funcionamento da Feira de São Cristóvão após a sua transferência, em 2003, para o interior do Pavilhão se inscrevem em um quadro mais amplo de transformações em curso na esfera da produção e do consumo cultural no Brasil, onde já, há algum tempo, se verificava um interesse novo, por parte dos setores hegemônicos da sociedade, pelas memórias e patrimônios culturais das minorias. Esse interesse, que esteve inicialmente voltado para o campo musical – dentro do qual surgiu, nos anos 1990, uma série de grupos e públicos novos ligados à música de raiz –, passou, pouco a pouco, a se revelar em outros setores da produção e da política cultural brasileira.

Um desses setores foi o do Patrimônio, onde, a partir dos anos 2000, começou a se manifestar de forma mais efetiva – após as iniciativas de Aloísio Magalhães na década de 1970 – a preocupação com a incorporação das memórias dos grupos sociais e culturais periféricos, tradicionalmente excluídos dos esquemas de preservação estabelecidos pelos órgãos oficiais de patrimônio e memória.

Observa-se nesse processo a retomada de vários itens presentes na agenda do movimento folclorista dos anos 1950 que, após décadas no esquecimento, retornaram com outras roupagens. No âmbito das políticas culturais formuladas durante os anos 2000, surgiu, com destaque, o discurso sobre a diversidade, que incorporou novos elementos ao debate sobre a questão da identidade, central nas discussões, promovidas nas esferas do modernismo da primeira metade do século passado, a respeito dos rumos da cultura, da arte e do patrimônio nacional.

Juntos, esses dois eixos, diversidade e identidade, passaram a conduzir as políticas nacionais de cultura e de patrimônio, voltadas, a partir de então, para a missão de proteger, além dos bens do patrimônio tradicional, as expressões do chamado “patrimônio imaterial”³⁰.

Tais políticas irão repercutir no debate travado em torno da Feira de São Cristóvão que, de acordo com o novo quadro político e ideológico, entrava, a exemplo da Feira de Caruaru, em Pernambuco, para a lista das manifestações passíveis de receber o título de patrimônio imaterial da nação. O processo de reconhecimento da Feira, que se encontra, atualmente, em

²⁹ Observação de Guel Arraes em *Opiniões*, revista *A Prefeitura do Rio* (A PREFEITURA DO RIO, op. cit.).

³⁰ A matéria comenta sobre o avanço das ações de salvaguarda do patrimônio imaterial citando, entre outras iniciativas, o registro da Feira de São Cristóvão (Ibid.).

fase de inventário pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)³¹, coloca em pauta não só a preservação dos patrimônios tradicionais, mas também as transformações que estes experimentam face ao estreitamento das relações entre cultura, política, economia, economia da cultura. Em suma, que política cultural será pertinente a um espaço como a Feira de São Cristóvão que, em 2009, passou do âmbito da Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Ciência e Tecnologia para o da Secretaria de Cultura, definindo assim o seu campo principal de atividade?

Bibliografia

- AZEVEDO, Cecília da Silva. *Rompendo as fronteiras: a poesia de migrantes nordestinos no Rio de Janeiro (1950 – 1990)*. Mestrado em História, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1990 (Dissertação)
- CARDOSO, André Luiz Carvalho. *Arquitetura encapsulando a informalidade: Da feira dos paraibas ao Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas*. Mestrado em Arquitetura, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006 (Dissertação)
- DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, Vozes, 2009.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. “Feira vira point badalado por cariocas”, Recife, 25/12/1999 (Jornal)
- EXTRA. “Feira no Pavilhão ficará porreta”. Rio de Janeiro, 16/07/2003 (Jornal)
- FERREIRA, Jerusa Pires. “A palavra, ocupação de rivais” IN: BATISTA, Maria de Fátima; BORGES, Francisca Neuma; FARIA, Evangelina; ALDRIGUE, Ana Cristina (Orgs.) *Estudos em Literatura Popular*. João Pessoa, Editora Universitária, UFPB, 2004.
- JORNAL DO BRASIL. “Crise de identidade” IN: *Revista Programa*, 19 à 25 de agosto de 2005 (Revista)
- NASSER, David. “Rio, perdoa o ingrato”. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 07 maio 1960 <http://www.memoria.com.br/ocruzeiro> 16/09/2008.
- NEVES, Margarida Souza. *As vitrines do progresso*. Rio de Janeiro, Puc-Rio, 1986.
- NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*, T. I, v. 1. Paris, Gallimard, 1984.
- NORDESTE OXENTE. “Violência dos decibéis expulsa cantadores”. Rio de Janeiro, 19/10/1998 (Jornal)
- O GLOBO. “Acervo arretado reforça candidatura”. Rio de Janeiro, 18/06/2008 (Jornal)
- PANDOLFO, Maria Lucia Martins. *Feira de São Cristóvão: a reconstrução do nordestino num mundo de “paraibas” e “nortistas”*. Mestrado em Educação, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1987 (Dissertação)
- PREFEITURA DO RIO. *Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas*. Rio de Janeiro (Revista)
- RIOCULTURA. “Popular com papel passado”. Rio de Janeiro, dez. 2000 – jan. 2001 (Revista)
- SANTA HELENA, Raimundo. *Feira Nordestina de São Cristóvão*. Rio de Janeiro, s/e, 1998 (Folheto)
- SANTOS, José João dos. *A Feira dos nordestinos no Campo de São Cristóvão*, s/l, s/e, 1982 (Folheto)

³¹ Sobre o registro da Feira de São Cristóvão como bem do patrimônio imaterial, a matéria *Acervo arretado reforça candidatura*, publicada no jornal *O Globo* de 18 de junho de 2008, comenta sobre a doação por Raimundo Santa Helena do seu acervo ao IPHAN.

_____ *Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas*. s/l, s/e, s/d. (Folheto)

_____ *A Feira nordestina: foi assim que começou*. Fortaleza, Tupynanquim Editora, 2007 (Folheto)

SILVA, Gonçalo Ferreira da. *Historiologia da Feira Nordestina*, s/l, s/e, s/d. (Folheto)

TERRA, Ruth Brito Lemos. *Memória de lutas: Literatura de folhetos do Nordeste 1893-1930*. São Paulo, Global Editora, 1983.

TRIBUNA DA IMPRENSA. “Jogo de caipira na feira dos nordestinos”, 31/07/1956 (Jornal) <http://www.jangadabrasil.com.br/revista/maio66/pa66005b.asp> 04/10/2010.

VÁRIOS. *Feira de São Cristóvão, 62 anos*. Rio de Janeiro, s/e, 2007 (Folheto)